

Juventude negra nas periferias do Brasil: Psicologia em questão

Orlando Júnior Viana Macêdo

Centro Universitário Paraíso do Ceará – UniFAP, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil

<http://orcid.org/0000-0001-5416-4930>

Manuella Castelo Branco Pessoa

Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil

<http://orcid.org/0000-0003-3523-8708>

Thaís Fontenelle Bezerra

Centro Universitário Paraíso – UniFAP, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0009-0007-9879-1566>

Adriana de Alencar Gomes Pinheiro

Centro Universitário Paraíso – UniFAP, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-3273-2372>

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da Psicologia diante das realidades vivenciadas pela juventude¹ negra periférica, a partir de uma revisão narrativa da literatura. Considera-se a questão racial como um fenômeno que tem sustentado a conformação do antagonismo entre as classes sociais, na medida em que tem se configurado como alicerce da desigual distribuição de riquezas no capitalismo brasileiro (GONÇALVES, 2018). Trata-se dos reflexos da visão de uma política de defesa da sociedade, legitimada pelo Estado, pautada em práticas de encarceramento e de extermínio dos grupos considerados indignos de viver, em função de estigmas e racionalidades racistas, ceifando a vida jovens negros e pobres, com baixa escolaridade no Brasil nos últimos anos (LEMOS et al., 2017).

No Brasil, as produções e práticas psicológicas, ao longo das décadas de 1960 a 1970 e parte da década de 1980, revelam uma ciência e profissão que atendeu às necessidades do Estado opressor e da elite local, na medida em que a Psicologia: ofereceu suas contribuições para aprimorar o aparato de repressão; evidenciou práticas normalizadoras, endossando práticas arbitrárias do Estado autocrático burguês; psicologizou o comportamento de militantes que faziam oposição ao regime ditatorial, tratando-os como “desviantes”, com problemas familiares; e manteve-se silenciosa em relação aos problemas vivenciados pelas maiorias populares (COIMBRA, 1995; CORREIA; DANTAS, 2017; HUR; LACERDA JUNIOR, 2016, entre outros).

Nessa mesma época, diante do cenário de injustiça social e recrudescimento da violência do Estado de Exceção, um grupo de estudantes e profissionais de Psicologia rejeitou as ideias dessa Psicologia dominante (CORREIA; DANTAS, 2017; COSTA, 2020), o que possibilitou a emergência de outras ideias e práticas que buscaram a construção de relações sociais justas, questionando essa Psicologia adaptativa, normalizadora e contribuindo para a construção de uma ciência e profissão crítica, que fosse capaz de cooperar para uma transformação social.

Apesar de minoria na categoria de psicólogas(os), diferentes estudiosos se engajaram nesse projeto de transformar a Psicologia e a realidade a sua volta, dentre outros nomes importantes, destacam-se: Mello (1975) criticando os rumos da profissão, caracterizando-a como uma “atividade de luxo”; Botomé (1979), que evidenciou o limitado alcance da atuação do psicólogo como profissional liberal, na medida em que tais profissionais atendiam em seus consultórios particulares apenas pequena parcela da população que tinha condições de remunerar tal serviço; e Lane (1981, 1982), que denunciou a perda do humano no tratamento a-histórico que vinha se fazendo presente na Psicologia, bem como a falsa dicotomia entre indivíduo e sociedade, e criticou a importação de modelos teóricos que não condizem com nossa realidade.

Mais recentemente, vários outros autores também trouxeram importantes contribuições, a saber: Gonçalves Filho (1998), que por meio de análise da humilhação social denunciou os impactos da desigualdade de classe, que podem comprometer a humanidade dos pobres em função de sofrimento político corrosivo que estes vivenciam; Sawaia (1999), ao analisar a exclusão social como um fenômeno gerado nos meandros do econômico, do político e do social, e que tem desdobramentos específicos nos campos da cultura, da educação, do trabalho, das políticas sociais, da etnia, da identidade e de vários outros setores e dimensões da vida humana; Ciampa (2001) com seus estudos acerca das identidades constituídas a partir de histórias de vida marcadas pela pobreza e pela violência; e Góis (2003) e sua proposta de *Psicologia comunitária* que busca possibilitar a auto-organização e a luta reivindicatória do povo oprimido.

1 Tendo por base a definição das Nações Unidas, adota-se aqui o conceito de juventude para fazer referência às pessoas com idade entre 15 e 24 anos.

É possível mencionar, ainda, Guareschi (2004), a partir dos conceitos de relação, de história e de crítica, contrapondo-se às naturezas impostas pelas relações de dominação, fundadas nas diversas ideologias que circundam a sociedade; Abrantes, Silva e Martins (2005) e Bock (1999), propondo uma visão comprometida com a realidade da população, a partir de resgate da historicidade e a produção de conhecimento comprometido com a transformação social; Yamamoto (2012), defendendo a necessidade de um projeto ético-político crítico e progressista para a Psicologia, que se articule com projetos societários mais amplos e que apontem a transformação estrutural da sociedade capitalista; e outras contribuições de distintos autores que, devido às limitações impostas pelo objetivo do presente estudo, não são citados.

Decorrente dessa meta, de crítica e transformação das estruturas sociais de injustiça e desigualdade da sociedade brasileira, e a partir de contribuições de associações acadêmicas e entidades representativas da Psicologia, por meio de pesquisas, grupos de discussão e produção de livros e artigos científicos, a Psicologia tem entrado em contato com várias sequelas das expressões das questões sociais e suas inúmeras manifestações no cotidiano dos indivíduos, famílias e territórios/comunidades. O que tem possibilitado aproximação da Psicologia com a desigualdade social, pobreza, desemprego estrutural, fome, a violência e criminalidade, exclusão social, entre outras expressões das questões sociais no contexto brasileiro, como a questão racial.

Em relação à questão racial, destaca-se também as recentes contribuições teóricas da Psicologia em relação ao tema. A partir da cartilha produzida pelo Conselho Federal de Psicologia (2017), intitulada: *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os*, é possível fazer não somente um apanhado sobre o enfrentamento político ao racismo, mas também pensar as contribuições da Psicologia e a atuação na desconstrução do racismo. O período de formação nessa área de conhecimento demanda estar aliado a teorias e reflexões que forneçam elementos para uma leitura crítica da realidade. Ou seja, exige uma formação/atuação que considere os fatores que constitui, diferencia, hierarquiza e localiza os sujeitos em nossa sociedade.

A raça se caracteriza como um desses eixos de subordinação, basta analisar o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (BRASIL, 2017), segundo o qual jovens negros, em 2013, foram 18,4% mais encarcerados e 30,5% mais vítimas de homicídios dos que os jovens brancos. No estado de Alagoas o risco de morte de um jovem negro é 12,7 vezes maior do que o observado para um jovem branco; na Paraíba essa diferença é de 8,9 vezes, também muito alta. Já no Ceará um jovem negro tem quatro vezes mais chances do que um branco de ser vítima de homicídio (BRASIL, 2017). Cerqueira et al. (2021) apontam que tais elementos permanecem, mostrando que os jovens negros são as principais vítimas de homicídios.

Tais resultados refletem em boa medida a tendência já verificada na última década de expressivo crescimento da violência, especialmente a letal, entre os estados do Nordeste (BRASIL, 2014). Essa violência afeta, principalmente, os pobres, negros e moradores de periferia. Os efeitos dessa opressão, historicamente presente na realidade brasileira, passam ser confundidos com a pobreza urbana e trazem consequências profundas para a população. Eles passam a ser um mal que sobrevive ao tempo (CUNDA; SILVA, 2020).

A violência racista pode subtrair do sujeito a possibilidade de explorar e extrair do pensamento todo o infinito potencial de criatividade, beleza e prazer que ele é capaz de produzir (SOUZA, 1983). Delimita fronteiras mesquinhas à sua área de expansão e abrangência, em virtude do bloqueio pela dor de refletir sobre a própria identidade.

Colocarmos as produções e atuação da Psicologia frente a questão racial no Brasil em análise possibilita refletirmos acerca do lugar que a Psicologia tem ocupado nessa sociedade desigual, que tem massacrado os povos negros, sobretudo os jovens pobres da periferia. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar, a partir de uma pesquisa bibliográfica, as

contribuições da Psicologia diante das realidades vivenciadas pelos(as) jovens negros(as) que vivem em bairros “periféricos”.

Aspectos metodológicos

O estudo em questão trata-se de uma revisão narrativa da literatura, que tem como foco identificar estudos relacionados ao tema, apontando novas perspectivas em uma tentativa de consolidar uma área de conhecimento, colaborando para a construção de práticas pedagógicas e para formação de profissionais (ELIAS et al., 2012). A busca do material utilizado na análise dos dados foi realizada na base eletrônica Scientific Electronic Library Online – SciELO. Para busca de artigos utilizou-se os descritores *vulnerabilidade*, *adolescente*, *jovens*, *questão racial*, *periferia*, *Psicologia* e *atuação da Psicologia* combinados de diferentes formas, por meio do operador booleano AND. Foi limitada a data para os artigos publicados nos últimos sete anos. Os resumos dos artigos selecionados foram lidos e classificados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: a) ser produção de estudantes e/ou profissionais de Psicologia; b) abordar sobre a temática da juventude negra periférica; e c) abordar sobre atuação junto a tais sujeitos. Foram excluídos aqueles estudos realizados mediante pesquisa bibliográfica.

Foram selecionados pelas(os) autoras(es) do presente estudo 22 (vinte e dois) artigos para leitura na íntegra. Nessa etapa foram excluídos 06 (seis) textos, pois não contemplaram de forma clara o objeto de estudo em questão. Foram considerados relevantes para se alcançar o objetivo proposto 16 (dezesesseis) artigos. Os dados foram analisados qualitativamente e organizados a partir dos temas: realidade da juventude negra periférica; atuação dos profissionais de Psicologia junto a esse público.

Realidade da juventude negra periférica

Os estudos analisados demonstraram condição de vulnerabilidade social, decorrente de acesso limitado às políticas públicas, pobreza, vínculos familiares fragilizados, dificuldades de inserção no mundo do trabalho e exposição a diferentes tipos de violência, que impactam diretamente na vida dos(as) jovens negros(as). Matheus (2019), a partir de estudo exploratório, realizado por meio da técnica de pesquisa participante e conversas com jovens, educadores e agentes sociais dos bairros Jardim Ângela e Jardim São Luís, na zona sul da capital paulistana, identificou uma realidade marcada pela precariedade, bem como heterogeneidade ou inadequação das oportunidades de trabalho diante das aspirações da juventude local, insuficiência das possibilidades de formação complementar e precariedade dos equipamentos públicos.

Resultados semelhantes também foram encontrados por Oliveira et al. (2019), Oliveira et al. (2020) e Dantas e Micheli (2021). A partir de estudo realizado com 20 (vinte) adolescentes usuários do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, localizado na periferia da Região Metropolitana de Goiânia, Goiás, Oliveira et al. (2020) identificaram diferentes violências (homofobia, racismo, sexismo, assédio sexual e violência física) vivenciadas pelos mesmos (homofobia, racismo, sexismo, assédio sexual e violência física). Além disso, constataram que a manifestação dessas várias violências se dá na família, na escola, na comunidade e nas incipientes políticas de segurança pública.

Oliveira et al. (2020) chamaram atenção para o fato de os contextos comunitários dos(as) jovens serem importantes determinantes sociais. Também destacaram que, em comunidades desassistidas, a escassez de recursos sociais e a desigualdade social concorrem para o surgimento da violência, do tráfico de drogas e da fragilização das relações familiares e comunitárias, que afetam diretamente os mais vulneráveis, como a juventude. Foi evidenciado que eles utilizavam a violência como mecanismo relacional. Dessa forma, a convivência cotidiana com a violência, bem como a naturalização e a aceitação de determinadas formas da mesma, pode tornar os(as) jovens negros(as) que vivem em bairros periféricos ora vítimas, ora agentes perpetradores da violência.

Dantas e Micheli (2021), a partir de análise produções fotográficas criadas por 6 (seis) jovens moradores de uma favela da periferia de São Paulo, além de abordarem efeitos deletérios provocados pela desigualdade, vulnerabilidade social, pobreza e violência que se fazem presente nas vidas dos jovens, também destacaram a potência e as possibilidades de transformação que se encontram nas favelas.

Oliveira et al. (2019), por meio de uma análise documental de relatórios elaborados pela equipe do Plano Individual de Atendimento (PIA) do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA) de Belo Horizonte, Minas Gerais – MG, identificaram histórias de vida marcadas pela fragilidade dos vínculos familiares, principalmente com os pais, gerando situações de apatia e negligência. Tal estudo também destaca a forma como a escola lida com problemas como o *bullying*, a indisciplina, a dificuldade de aprendizagem e outras questões típicas da juventude, o que acaba muitas vezes culminando na exclusão do espaço escolar.

Tais questões, segundo Oliveira et al. (2019), somadas ao limitado acesso a oportunidades de emprego e profissionalização, resultam em mais uma desvantagem que afeta a juventude negra na busca por inserção social. Os autores citados acrescentam que, sem o apoio familiar e com baixa escolaridade, o tráfico de drogas, por viabilizar reconhecimento e ascensão social, sendo visto como uma possibilidade de inserção no mundo do trabalho, pode configurar-se como uma fonte de renda que possibilita independência financeira.

Diante desse envolvimento com atos infracionais e crimes, ou pelo simples fato de serem negros(as) e pobres moradores de bairros periféricos, diferentes estudos (AGUIAR, VICENTIN, 2018; BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019; BENÍCIO et al., 2018; COSTA et al., 2020; GOMES; MAHEIRIE; CORRÊA, 2022; MACÊDO; BRITO; ALMEIDA, 2020; RODRIGUES et al., 2022) identificaram várias formas de violência que podem fazer de vítimas esses sujeitos, com destaque para a violência policial.

Aguiar e Vicentin (2018) evidenciaram uma política de limpeza por parte do Estado justificada sob o pretexto de uma guerra às drogas, que mata e causa ainda mais violência, ao invés de incluir e retirar os jovens da criminalidade. Para eles, as chacinas, cujos jovens são as principais vítimas, deflagram questões e impasses políticos e sociais que dizem respeito ao conjunto da sociedade, pois envolvem conflitos complexos, atravessados por discursos de resistência, de consentimento, de negação e de desejo, nos quais o extermínio, principalmente de jovens

negros e da periferia, é organizado.

Esse processo de intensificação da violência letal contra jovens negros e pobres das periferias, as naturalizações e legitimações dessa violência e a criminalização daqueles que morrem foram processos destacados em vários estudos (BARROS et al., 2017; BARROS et al., 2018; BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019; BENÍCIO et al., 2018, COSTA et al., 2020, RODRIGUES et al., 2022). Benício et al. (2018) e Costa et al. (2020) realizaram uma análise psicossocial da problemática dos homicídios da juventude na cidade de Fortaleza, sob a perspectiva da juventude inserida em territorialidades periféricas da capital cearense. Benício et al. (2018) recorreram a uma pesquisa-intervenção realizada em quatro localidades da capital cearense, Grande Bom Jardim, Grande Jangurussu, Barra do Ceará e Mondubim, a partir de observações, entrevistas e grupos de discussão, que envolveram 97 (noventa e sete) jovens e 54 (cinquenta e quatro) profissionais de políticas sociais que atuam com adolescentes e jovens do local do estudo. Estratégia metodológica semelhante foi adotada por Costa et al. (2020), no entanto este estudo foi realizado apenas na região do Grande Jangurussu e contou com a participação de dezesseis jovens autodeclarados(as) pardos(as), pretos(as) ou negros(as).

Os estudos realizados na capital cearense (BARROS et al., 2018; BENÍCIO et al., 2018; COSTA et al., 2020) destacaram as transformações da dinâmica da violência urbana decorrente do fortalecimento de facções, acirramento das disputas territoriais, efeito da política do encarceramento em massa e investimentos equivocados em políticas de segurança pública, centradas no policiamento ostensivo, criminalização de segmentos juvenis pobres e negros (des) subjetivados como “matáveis” e processo de precarização de políticas sociais destinadas a tais segmentos em tempos neoliberais. Além do mais, problematizaram como se opera o racismo em tempos neoliberais e a forma como o Estado se apresenta numa lógica punitivo-penal apoiada em dispositivos de segurança.

Barros et al. (2017) e Barros et al. (2018), ao discutirem os problemas e desafios colocados à Psicologia e à democracia brasileira, por expressões da violência no Brasil, contemplaram essa mesma realidade vivenciada pela juventude negra e periférica. Os autores analisaram a problemática das mortes juvenis, o fortalecimento de facções, o acirramento de suas disputas territoriais e o encarceramento em massa como expressões de uma necropolítica à brasileira.

Outros estudos (SILVA, MENEZES, 2016; MACÊDO; BRITO; ALMEIDA, 2020; MATHEUS, 2019; OLIVEIRA et al., 2020) contemplam distintas formas de violência não letal, a que está submetida a juventude negra. Silva e Menezes (2016), a partir de estudo realizados com os/as jovens de duas comunidades quilombolas em Garanhuns, Pernambuco – PE, identificaram existências marcadas pela ausência de atividades diversificadas de lazer, dificuldade em arranjar emprego formal e preconceito sofrido por serem negros/as e/ou quilombolas.

Resultados semelhantes foram encontrados por Macêdo, Brito e Almeida (2020), em estudo realizado no interior da Paraíba, a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com jovens que residem no alto sertão paraibano, nordeste do Brasil. Os autores identificaram que essa juventude (negra, pobre e moradora da periferia) é vítima de diferentes tipos de violência, com destaque para a violência nas abordagens policiais e violência psicológica. Macêdo, Brito e Almeida (2020) destacaram que essa realidade impacta na vida desses jovens, causando sofrimento psíquico, pois são situações vividas rotineiramente nas relações interpessoais e marcadas pela violência policial, humilhações, acusações injustas; são vivências mediadas por mecanismos que oprimem e desumanizam tais sujeitos.

Alguns estudos enfatizaram o consumo de drogas por parte dos jovens negros, principalmente o uso da maconha (OLIVEIRA et al., 2020) ou do álcool (SILVA; MENEZES, 2016), como forma de resistência à repressão e à condição social ou como fuga da realidade de violência, exclusão e sofrimento.

Silva e Menezes (2016) também pontuaram em seu estudo o uso de tais substâncias relacionadas à alegria, coragem ou como uma prática de diversão. Na seção seguinte, será contemplado o que os estudos destacaram como atuação profissional diante dessas condições de vida marcadas por vulnerabilidades sociais.

Atuação dos profissionais de Psicologia junto à juventude negra

Dos 16 (dezesesseis) artigos selecionados para o presente estudo, 08 (oito) contemplaram atuação profissional frente às realidades vivenciadas pela juventude. Destacaram-se as análises por meio de atuações interdisciplinares no âmbito das Políticas Públicas (BENÍCIO et al., 2018; COSTA et al., 2020; MATHEUS, 2019; OLIVEIRA et al., 2019; OLIVEIRA et al., 2020; SILVA; ALBERTO, 2019) sendo que alguns estudos exploraram, também, as especificidades das contribuições da Psicologia (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019; GOMES; MAHEIRIE; CORRÊA, 2022; FERRÃO; SANTOS; DIAS, 2016; COSTA, et al., 2020) frente essa realidade vivenciada pela juventude negra das periferias.

Por meio da literatura acessada, constatou-se que essa realidade, vidas marcadas pelo risco maior se serem vítimas de homicídios ou de vários outros tipos de violência e opressão, possui relação direta com a desigualdade social e o desamparo institucional. Sobre esta questão, Benício et al. (2018), a partir de entrevistas com profissionais que lidam diretamente com esses jovens, identificaram fragilidades na rede de proteção desse segmento, a ausência ou falta de consistência de ações voltadas à proteção social e garantia de direitos de juventudes, o que, segundo os autores, favorece inserções dos jovens nas dinâmicas da violência urbana.

Essa fragilidade na rede de proteção socioassistencial, que compromete a efetivação dos direitos dos (as) jovens, também foi identificada em outros estudos (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019; FERRÃO; SANTOS; DIAS, 2016; OLIVEIRA et al., 2019; OLIVEIRA et al., 2020; SILVA; ALBERTO, 2019). Oliveira et al. (2020) explicitaram que as instituições escolares, de assistência social e de saúde, na medida em que apresentam um olhar fragmentado sobre os fenômenos que condicionam a vulnerabilidade social, contribuem para ações desarticuladas, pontuais e, não raro, falhas.

Dessa forma, tais políticas assumem um sentido opressor para a juventude. Sobre essa questão, o estudo de Oliveira et al. (2020) destaca a percepção desses sujeitos acerca da escola que, apesar de compreendida como necessária, foi descrita como local de opressão. Sobre essa percepção acerca das escolas, Matheus (2019) considera que os jovens não conseguem se identificar com a proposta de desenvolvimento pedagógico apresentada, seja pela dificuldade diante do próprio aprendizado, distante do campo de referências da realidade local, seja pelo conflito entre suas aspirações e as exigências do meio formal e informal.

Essas percepções das políticas cujas operacionalizações distam de perspectivas pautadas na efetivação de direitos e promoção do protagonismo desses (as) jovens também foram identificadas a partir de estudos realizados junto à rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente (SILVA; ALBERTO, 2019) e às medidas socioeducativas (OLIVEIRA et al., 2020; FERRÃO et al., 2016). Silva e Alberto (2019), a partir de estudo realizado com (10) dez atores sociais que atuam na rede de proteção dos direitos da criança e do adolescente numa cidade de porte médio no norte do Tocantins, identificaram uma rede não integrada e desarticulada, que não consegue manter uma comunicação adequada entre os atores sociais e as instituições, o que compromete o serviço disponibilizado e a proteção dos direitos desse público.

Silva e Alberto (2019) destacaram limitada formação dos atores e prevalência de práticas baseadas no Código de Menores, que propõem a internação e a punição como solução. Ainda, consideram que a falta de recursos suficientes, a infraestrutura precária, a falta de profissionais em quantidade e a qualificação são fatores que comprometem a eficácia das políticas públicas relacionadas à infância e à adolescência, no que tange à resolução de casos que chegam até as instituições.

Oliveira et al. (2020), a partir de uma análise das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, destacam o conteúdo normativo presente no discurso da equipe técnica e questionam a capacidade efetiva do sistema socioeducativo de reeducar esses jovens e modificar as suas trajetórias de vida. Os autores consideram a formação profissional como uma oportunidade de alterar o curso de vida dessas pessoas, constataram que essas ofertas se restringem a cursos básicos de informática, cabeleireiro, padeiro ou garçom, que estão muito aquém das expectativas dos jovens e são opções limitadas, diante daquilo que o tráfico e/ou outros crimes são capazes de prometer a esses sujeitos (OLIVEIRA et al., 2019; MATHEUS, 2019).

Tendo por base os riscos decorrentes das condições de vulnerabilidade enfrentadas pela juventude negra, Matheus (2019) propõe que se dê visibilidade e voz a tais sujeitos, valorizando e estimulando a capacidade de reação aos riscos que enfrentam, a fim de não tomar o jovem apenas como vítima, mas como sujeito agente, capaz de construir alternativas para a transformação de sua realidade (MATHEUS, 2019, p. 12). Outros estudos destacam a necessidade de considerar a singularidade de tais sujeitos, convocá-los a falarem e a construir um saber sobre suas trajetórias de vida marcadas pelo mal-estar que os afetam (OLIVEIRA et al., 2019; GOMES; MAHEIRIE; CORRÊA, 2022).

Essa necessidade de uma atuação pautada na perspectiva de desenvolvimento de protagonismo juvenil e articulação de redes intersetoriais também foi defendida por Barros, Benício e Bicalho (2019), Silva e Alberto (2019), Ferrão, Santos e Dias (2016) e Gomes, Maheirie e Corrêa (2022). O que demanda, dentre outras questões, investimento maior por parte do Estado nas Políticas Públicas e formação continuada para os profissionais (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019; SILVA; ALBERTO, 2019; FERRÃO, 2016).

Ao direcionar discussão para os desafios postos à Psicologia Ferrão, Santos e Dias (2016) apresentam um relato de experiência de profissional dentro de uma Unidade de Internação de adolescentes em conflito com a lei. Defendem preceitos e práticas da Justiça Restaurativa (JR) como possibilidades para enfrentar as dificuldades encontradas dentro do Sistema Socioeducativo. Destacam a necessidade de maiores investimentos, condições adequadas de trabalho e formação continuada para os profissionais do sistema socioeducativo, para dar mais credibilidade à tal política, já que ela não tem apresentado muitos resultados positivos.

Gomes, Maheirie e Corrêa (2022), por meio de estudo produzido a partir de experiência de estágio realizado em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), problematizaram as possibilidades e desafios do uso do dispositivo grupal como instrumento de intervenção

psicossocial junto aos jovens de periferias da cidade de Florianópolis (SC). As autoras em pauta objetivaram construir um espaço para que estes sujeitos pudessem ter um lugar de fala e de autoria sobre suas experiências da/na vida. Por meio da escuta e apoio às dores e sofrimentos, buscaram implantar um trabalho que fosse, ao mesmo tempo, promotor de saúde psíquica e de cidadania. Temas como racismo, relações de gênero, ditadura civil e militar, movimentos sociais e as múltiplas formas de violência foram utilizados para nortear as intervenções. As autoras supracitadas recorreram ao dispositivo grupal como um instrumento de ampliação dos horizontes reflexivos, a fim de sensibilizar os jovens sobre os problemas enfrentados, bem como possibilitar um lugar de escuta coletiva para as tensões, as situações traumáticas e os sofrimentos.

Gomes, Maherie e Corrêa (2022) destacaram, ainda, que cabe à Psicologia reinventar estratégias de intervenções que foquem no sofrimento ético-político gerado pelas injustiças sociais, construindo brechas de resistências às múltiplas formas de opressão da sociedade contemporânea, atuando na promoção dos desejos e direitos humanos, na capacidade de desidentificação desses sujeitos com lugares sociais de privilégios e poderes, no deslocamento dos sujeitos em direção ao outro, em um movimento de alteridade capaz de produzir novas identificações e projetos de vida.

Costa et al. (2020) exploraram o papel da Psicologia no enfrentamento do racismo estrutural e na defesa da democracia. Sinalizaram como estratégias o processo de formação permanente, intervenções cotidianas, problematização do racismo a partir de ações de enfrentamento às desigualdades sociais, por meio de atividades de extensão universitária, pesquisa ou ensino curricular. Os autores pontuaram a necessidade de que os delineamentos metodológicos das pesquisas envolvam esses jovens, de forma a possibilitar que a Psicologia produza com eles, fortalecendo a luta antirracista e desmontando políticas e racionalidades que marginalizam tais sujeitos.

Essa preocupação em fazer com que a Psicologia protagonize a produção de saberes críticos sobre a juventude faz-se presente, também, no estudo de Barros, Benício e Bicalho (2019). Estes autores destacaram a necessidade de a Psicologia protagonizar produção de saberes sobre a própria Psicologia, sobre o mundo e sobre os modos de inserção e vinculação com a pesquisa, visando a transformação das condições sociais seculares do Brasil (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019).

Para dar conta de discutir os desafios que estão postos à Psicologia, Barros, Benício e Bicalho (2019) recorreram a dois pontos centrais em suas análises: os fenômenos do encarceramento em massa e dos homicídios de segmentos juvenis. Os autores provocaram uma discussão articulando tais problemáticas com questões políticas mais amplas, uma vez que defendem que à Psicologia compete a problematização dessas políticas de precarização da vida dos segmentos juvenis a partir de enquadramentos que os tratam, de maneira estigmatizadas, como não cidadãos. Eles registraram que essa precarização da vida, em âmbito macro e micropolítico, tem sido produzida numa relação entre o avanço do neoliberalismo e o crescimento de desigualdades e está ancorada em pontos como o individualismo, a indiferença ao coletivo, a fragmentação, segregação, exclusão de jovens periféricos como aspecto característico da organização dos modos de viver na/a cidade.

Barros, Benício e Bicalho (2019) salientaram em seu trabalho que as contribuições da Psicologia na articulação de redes intersetoriais que efetivem os direitos desses jovens negros e pobres periféricos, afastando-se de estratégias de sujeição juvenil por vetores de criminalização, culpabilização, segregação e silenciamento, são imprescindíveis. Os autores também enfatizaram que esse direcionamento tem uma importante significação ética e política, pois culpabilizar, segregar e silenciar são expressões atuais de negação sistemática dos(as) jovens negros(as) e

de sua humanidade. Para eles, não há dúvidas acerca da necessidade de investir numa noção de humanidade, de direitos humanos, em que caibam e importem todos e todas, e não apenas alguns, de forma a possibilitar que esses jovens sejam realmente vistos como vidas, e não como ameaças à vida.

Considerações finais

Os estudos acessados revelaram que os(as) jovens negros(as) que vivem em bairros periféricos estão inseridos em comunidades desassistidas, uma vez que o acesso às diferentes políticas (educacionais, de formação, de justiça, de lazer, cultura e de segurança pública) é limitado. Essa precariedade dos equipamentos públicos reforça os impactos da desigualdade social na vida desses sujeitos, colocando-os numa situação de extrema vulnerabilidade. Tais questões os colocam em desvantagem na busca por inserção social, se comparados à realidade de outros jovens que vivenciam outras condições de vida, enquanto eles estão expostos a uma condição de risco, tanto de serem vítimas de diferentes tipos de violência, principalmente a letal, quanto de se tornarem atores de violência.

A literatura evidenciou responsabilidade do Estado diante dessas várias violências e violações de direitos da juventude negra, o que se dá, por um lado, em função da desigualdade social e da fragilidade na rede de proteção socioassistencial em decorrência da implementação de políticas educacionais e da justiça que reproduzem violência, bem como por políticas de segurança pautadas no policiamento ostensivo, justificadas sob o pretexto de guerra às drogas, que tem ceifado a vida de vários(as) jovens, causando ainda mais violência.

Diante dessa realidade, os estudos chamaram atenção para a importância de atuações, por meio das políticas públicas, numa perspectiva intersetorial e pautada na perspectiva de desenvolvimento de protagonismo juvenil, dando voz a esses sujeitos e superando políticas de criminalização, culpabilização e segregação, o que demanda maiores investimentos por parte do Estado nessas políticas, de forma a possibilitar condições adequadas de trabalho e formação continuada para os profissionais.

Percebe-se avanços no que se refere a uma aproximação da Psicologia aos grupos minoritários e excluídos socialmente, o que tem possibilitado que tal ciência e profissão venha tomando as condições de vida da juventude negra periférica como objeto de discussão, intervenção e produção científica. No entanto, considerando-se a gravidade da situação de vulnerabilidade em que se encontram, ainda são escassas as produções da Psicologia, sobretudo que contemplem intervenções nas condições de vida desses jovens antes que eles cometam atos infracionais ou venham a ser vítimas, ou autores, de vários tipos de violência.

O presente estudo possibilitou identificar que as contribuições da Psicologia têm se dado mais no sentido de dar visibilidade aos sofrimentos decorrentes das condições objetivas de vida dessa população a partir das múltiplas, cumulativas e reiteradas violências que esses(as) jovens negros(as) vivenciam. Urge necessidade de se explorar outras possibilidades de contribuição da Psicologia, de forma a possibilitar desconstrução de políticas e discursos que desumanizam os(as) jovens negros e que justificam seu extermínio ou sua prisão.

Faz-se necessário potencializar as intervenções em parceria e em prol da juventude, por meio de políticas da justiça, cultura, educação, e, principalmente políticas de assistência social, visto que elas se apresentam como espaços estratégicos de combate às vulnerabilidades sociais às quais esses sujeitos estão expostos. A literatura acessada pouco evidenciou uma contribuição efetiva da Psicologia na vida desses(as) jovens negros(as) antes dos mesmos serem vítimas ou atores de

violência, o que pode ser reflexo, também, de parte das intervenções da Psicologia junto a essa população não ser veiculada em periódicos científicos.

É essencial que possam ser realizados novos estudos da Psicologia, e de outras categorias, que deem mais visibilidade a essa atuação preventiva, que continuem denunciando as condições de vida dos(as) jovens negros(as) e pobres das periferias, de forma a cobrar do Estado outra postura frente à desigualdade social e às políticas precarizadas que estão sendo disponibilizadas para tais sujeitos, contribuindo, assim, de forma efetiva, para transformar socialmente essa realidade e promover alterações nessas injustas realidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANTES, A. A.; SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F. **Método histórico-social na psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.
- AGUIAR, C. C. T.; VICENTIN, M. C. G. Políticas de segurança e guerra aos pobres: o caso da Praça Sete Jovens. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 238-251, 2018.
- BARROS, J. P. P. et al. Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da Psicologia. **Psicol. Cienc. Prof.** Brasília, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, out./dez. 2017.
- _____. “Pacificação” nas periferias: Discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 117-128, 2018.
- _____; BENÍCIO, L. F. S.; BICALHO, P. P. G.. Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia? **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 39, n. spe2, e225580, 2019.
- BENÍCIO, L. F. de S. et al. Necropolítica e pesquisa-intervenção sobre homicídios de adolescentes e jovens em fortaleza, CE. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 38, n. spe2, p. 192-207, 2018.
- BOCK, A. M. B. A Psicologia a caminho do novo século: Identidade profissional e compromisso social. **Estudos de Psicologia**, v. 4, n. 2, p. 315-329, 1999.
- BOTOMÉ, S. P. A quem, nós, psicólogos, servimos de fato? **Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 1-16, 1979.
- BRASIL. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial. Secretaria Nacional da Juventude. Brasil, 2014.
- _____. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial. Secretaria Nacional da Juventude. Brasil, 2017.
- CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história de Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília: CFP, 2017.
- CORREIA, A. M. B.; DANTAS, C. N. C. B. O fazer psicológico na ditadura civil militar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. esp., p. 71-81, 2017.
- COSTA, P. H. A. A questão social na psicologia social: uma revisão da literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, e209277, nov. 2020.
- COSTA, A. F. et al. Dispositivo de segurança e racionalidade necrobiopolítica: narrativas de jovens negros de Fortaleza. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, n. spe, e230162, 2020.
- CUNDA, M. F.; SILVA, R. N. Me chamam rua, população, uma situação: os nomes da rua e as políticas da cidade. **Psicologia e Sociedade** [online], v.32, e223876, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32223876> . Acesso em: 19 abr. 2023.

- DANTAS, J. G. T.; MICHELI, D. A favela onde moro: o território sob perspectiva dos jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 07, p. 2769-2782, jul. 2021.
- ELIAS, C. S. et al. Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD: Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012.
- FERRÃO, I. S.; SANTOS, S. S.; DIAS, A. C. G. Psicologia e práticas restaurativas na socioeducação: relato de experiência. **Psicol. Cienc. Prof.** Brasília, v. 36, n. 2, p. 354-363, jun. 2016.
- GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária no Ceará: uma caminhada**. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2003.
- GOMES, M. A.; MAHEIRIE, K.; CORRÊA, B. Jovens em vulnerabilidades psicossociais: grupo como lugar de acolhida e subjetivação política. **Psicologia em Estudo**, v. 27, e47375, p. 1-10, 2022.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.
- GONÇALVES FILHO, J. M.. Humilhação social: um problema político em Psicologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.
- GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: Edicpurs, 2004.
- HUR, D. U.; LACERDA JUNIOR, F. **Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina**. Campinas, SP: Alínea, 2016.
- LANE, S. T. M. **O que é a Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LEMOES, F. C. S. et al. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 12, n. (1, jan./abr. 2017.
- MACÊDO, O. J. V.; BRITO, F. H.; ALMEIDA, N. G. Todo camburão tem um pouco de navio negreiro? A perspectiva de jovens negros do interior da Paraíba. **Revista e-ciência**. v. 8, n. 1, p. 39-45, 2020.
- MATHEUS, T. C. Vulnerabilidade Social e Solidariedade entre Jovens: Jardim Ângela e Jardim São Luís. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 31, e170505, 2019.
- MELLO, S. L. **Psicologia e profissão em São Paulo**. São Paulo, SP: Ática, 1975.
- OLIVEIRA, L. C. P. et al. Curso de vida, adolescentes e criminalidade: uma leitura a partir do PIA. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 31, e210441, 2019.
- OLIVEIRA, P. C. et al. “Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 24, e190813, 2020.
- RODRIGUES, J. S. et al. “Tortura que não acaba”: análise do sofrimento de mães de jovens assassinados em Fortaleza. **Psicologia USP**, v. 33, e 210142, p. 1-10, 2022.
- SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SILVA, R. A.; MENEZES, J. A. Reflexões sobre o uso de álcool entre jovens quilombolas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 84-93, abr. 2016.

SILVA, A. C. S.; ALBERTO, M. F. P. Fios soltos da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 39, e185358, 2019.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

YAMAMOTO, O. H. 50 anos de profissão: responsabilidade social ou projeto ético-político? **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 32, n. spe, p. 6-17, 2012.

Resumo Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da Psicologia diante das realidades vivenciadas pela juventude negra periférica, a partir de uma revisão narrativa da literatura. Recorreu-se à base eletrônica Scientific Electronic Library Online – SciELO, por meio dos descritores *vulnerabilidade, adolescente, jovens, questão racial, periferia, Psicologia e atuação da Psicologia* combinados de diferentes formas. Foram selecionados 16 (dezesesseis) artigos. Estes foram analisados qualitativamente a partir das categorias temáticas: realidade da juventude negra periférica; atuação dos profissionais de Psicologia junto a tais sujeitos. Os estudos evidenciam diferentes tipos de violência, exclusão, sofrimento e morte. A literatura enfatiza atuações interdisciplinares no âmbito das Políticas Públicas, explorando atuação junto a jovens que foram vítimas de violência ou cometeram atos infracionais. Considera-se necessário explorar mais um trabalho na prevenção dessas violências e dar mais visibilidades às contribuições da Psicologia para transformar socialmente essa realidade.

Palavras-chave: Psicologia, jovens, negros.

Juventud negra en la periferia de Brasil: la psicología en cuestión

Resumen Este artículo tiene como objetivo analizar los aportes de la Psicología a las realidades vividas por la juventud negra periférica, a partir de una revisión narrativa de la literatura. Se utilizó la base de datos electrónica Scientific Electronic Library Online – SciELO, utilizando los descriptores *vulnerabilidad, adolescente, jóvenes, cuestión racial, periferia, Psicología y Desempeño en Psicología* combinados de diferentes maneras. Formas. Fueron seleccionados 16 (dieciséis) artículos. Estos fueron analizados cualitativamente a partir de las categorías temáticas: realidad de la juventud negra periférica; desempeño de los profesionales de la psicología en dichos temas. Los estudios destacan diferentes tipos de violencia, exclusión, sufrimiento y muerte. La literatura enfatiza acciones interdisciplinarias en el ámbito de las Políticas Públicas, explorando acciones con jóvenes que han sido víctimas de violencia o cometido actos delictivos. Se considera necesario explorar más trabajos en prevención de esta violencia y dar más visibilidad a las aportaciones de la Psicología para transformar socialmente esta realidad.

Palabras clave: Psicología, jóvenes, negros.

Black youth in the outskirts of Brazil: Psychology in question

Abstract This article aims to analyze the contributions of Psychology to the realities experienced by peripheral black youth, based on a narrative review of the literature. The electronic database Scientific Electronic Library Online – SciELO was used, using the descriptors *vulnerability, adolescent, young people, racial issue, periphery, Psychology and Psychology performance* combined in different ways. shapes. 16 (sixteen) articles were selected. These were qualitatively analyzed based on the thematic categories: reality of peripheral black youth; performance of psychology professionals with such subjects. Studies highlight different types of violence, exclusion, suffering and death. The literature emphasizes interdisciplinary actions within the scope of Public Policies, exploring actions with young people who have been victims of violence or committed criminal acts. It is considered necessary to explore further work on preventing this violence and give more visibility to the contributions of Psychology to socially transform this reality.

Keywords: Psychology, youth, black.

DATA DE RECEBIMENTO: 19/06/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 22/09/2023



Orlando Júnior Viana Macêdo

Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia Social pela UFPB. Professor do Centro Universitário Paraíso do Ceará – UniFAP, Brasil.

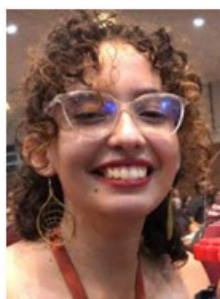
E-mail: orlandojrvm@yahoo.com.br



Manuella Castelo Branco Pessoa

Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da UFPB. Vice-líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Desenvolvimento da Infância e Juventude. Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, Brasil.

E-mail: manucastelobranco2@gmail.com



Thaís Fontenelle Bezerra

Discente do Curso de Bacharelado em Psicologia do Centro Universitário Paraíso – UniFAP, Brasil.

E-mail: thaيسfontenelle@aluno.fapce.edu.br



Adriana de Alencar Gomes Pinheiro

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Paraíso – UniFAP, Brasil.

E-mail: adriana.alencar@fapce.edu.br